

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE SÃO VICENTE DE PAULO - CNPJ Nº 92.021.062/0001-06

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento aos dispositivos Legais e Estatutários, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, com o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, demonstrando os fatos relevantes do período. Colocamo-nos a disposição para quaisquer informações adicionais que julgarem necessário. Passo Fundo - RS, 15 de Abril de 2021.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (EM REAIS)

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	Nota	2020	2019
Circulante		146.844.649,42	140.330.459,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	6.815.449,07	3.699.271,86
Créditos		110.897.025,29	120.492.655,44
Contas a Receber	5	106.482.369,80	115.708.510,93
Outros Créditos		4.414.655,49	4.784.144,51
Estoques	6	15.069.899,99	16.080.860,90
Despesas Antecipadas		6.720,73	57.671,76
Créditos de Subvenções a Receber	7	14.055.554,34	-
Não Circulante		229.795.663,17	235.364.483,93
Realizável a Longo Prazo	3g	835.541,78	678.893,28
Investimentos	3h	1.722.334,62	2.074.085,04
Imobilizado	8	201.271.393,94	204.396.570,17
Intangível	9	25.966.392,83	28.214.935,44
TOTAL DO ATIVO		376.640.312,59	375.694.943,89

PASSIVO			
	Nota	2020	2019
Circulante	3i	184.200.658,69	152.551.275,76
Fornecedores de Bens e Serviços		64.850.571,76	56.240.880,08
Obrigações Sociais e Fiscais		6.024.205,76	7.229.794,78
Obrigações Trabalhistas		25.638.944,22	25.170.614,86
Empréstimos e Financiamentos	10	50.614.535,57	46.420.633,65
Bancos Conta Devedora		6.616.585,41	6.010.323,86
Outras Obrigações		3.543.885,01	3.270.759,49
Tributos Parcelados	11	1.911.213,54	887.949,79
Subvenções a Realizar	19a	1.861.001,96	846.339,33
Obrigações de Subvenções a Incorrer		14.055.554,34	-
Receita com Subvenções a Incorrer	19b	9.084.161,12	6.473.979,92
Não Circulante		114.347.909,92	118.640.394,69
Fornecedores Estrangeiros		18.897,28	73.285,54
Empréstimos e Financiamentos	10	82.552.783,58	84.923.301,44
Obrigações Contratuais	12	25.242.157,23	30.129.802,71
Tributos Parcelados	11	3.376.962,23	813.953,98
Contingências Processuais	23	3.151.109,60	2.700.051,02
Outras Obrigações		6.000,00	-
Patrimônio Líquido		78.091.743,98	104.503.273,44
Patrimônio Social	3k	104.503.273,44	134.515.392,99
Ajuste de Exercícios Anteriores	24	4.024.772,27	-4.092.541,48
Déficit do Exercício		-30.436.301,73	-25.919.578,07
TOTAL DO PASSIVO		376.640.312,59	375.694.943,89

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
Contas	2020	2019	
1 - Das Atividades Operacionais			
Déficit do Período	-30.436.301,73	-25.919.578,07	
Depreciação e Amortização	13.882.778,03	13.474.535,42	
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	210.791,50	190.364,21	
Ajuste de Exercícios Anteriores	4.024.772,27	-4.092.541,48	
Fluxo de Caixa Próprio (Aumento) redução nos Ativos	-12.317.959,93	-16.347.219,92	
Contas a Receber	9.226.141,13	-10.300.022,54	
Outros Créditos	369.489,02	281.711,47	
Estoques	1.010.960,91	1.269.752,05	
Despesas Antecipadas	50.951,03	92.938,20	
Créditos de Subvenções a Receber	-14.055.554,34	-	
Ativo Realizável a Longo Prazo	-156.648,50	-70.745,03	
Aumento (redução) nos Passivos	29.814.898,03	12.958.694,52	
Fornecedores de Bens e Serviços	8.609.691,68	6.715.187,25	
Obrigações Sociais e Fiscais	-1.205.589,02	2.254.250,07	
Obrigações Trabalhistas	468.329,36	817.290,67	
Outras Obrigações	273.125,52	801.149,66	
Tributos Parcelados	1.023.263,75	57.127,99	
Subvenções a Realizar	1.014.662,63	276.621,23	
Obrigações de Subvenções a Incorrer	14.055.554,34	-	
Receitas com Subvenções a Incorrer	2.610.181,20	587.109,95	
Fornecedores Estrangeiros (Não Circulante)	-54.388,26	-471.638,86	
Tributos Parcelados (Não Circulante)	2.563.008,25	-778.454,46	
Contingências Processuais (Não Circulante)	451.058,58	2.700.051,02	
Outras Obrigações (Não Circulante)	6.000,00	-	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	13.942.277,35	-12.114.891,25	
2 - Das Atividades de Investimentos			
Aplicações em Investimentos	351.750,42	563.595,21	
Aquisições de Imobilizado	-8.719.850,69	-12.534.389,61	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	-8.368.100,27	-11.970.794,40	
3 - Das Atividades de Financiamentos			
Empréstimos e Financiamentos	4.193.901,92	-1.611.863,07	
Banco Conta Devedora	606.261,55	5.518.707,22	
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	-2.370.517,86	17.165.360,05	
Obrigações Contratuais	-4.887.645,48	-4.339.336,72	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	-2.457.999,87	16.732.867,48	
4 - Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.116.117,21	-7.352.818,17	
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	3.699.271,86	11.052.090,03	
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	6.815.449,07	3.699.271,86	
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.116.117,21	-7.352.818,17	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO			
Contas	Nota	2020	2019
Receita Operacional Bruta		430.122.815,09	440.005.733,71
Receita de Serviços na Área Saúde		393.735.669,14	409.210.360,51
Receitas Particulares		27.432.427,40	32.251.289,35
Receitas de Outros Convênios		223.804.544,06	236.250.012,67
Receitas à população do SUS		142.498.697,68	140.709.058,49
Receita na Área Educação		1.240.927,62	1.607.569,38
Receita com Atividade Meio		14.526.655,72	18.286.404,26
Outras Receitas Operacionais		8.198.381,62	9.816.835,79
Doações	20	2.715.671,47	352.774,22
Receita de Subvenções Patrimoniais	19c	613.573,63	470.418,58
Receita de Subvenções Custeio	19d	9.070.812,19	242.335,06
Receita de Serviços Voluntários	21	21.123,70	19.035,91
(-) Deduções		-2.630.332,57	-3.831.731,89
Glosas, Descontos e Perdas		-2.630.332,57	-3.831.731,89
Receita Operacional Líquida		427.492.482,52	436.174.001,82
(-) Custos dos Serviços		440.165.624,36	447.099.835,22
Área Saúde		425.936.153,39	429.986.017,79
Área Educação		832.885,59	1.346.518,25
Atividade Meio		12.371.837,53	14.652.194,93
Gratuidade	15	1.024.747,85	1.115.104,25
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições Sociais	18	46.007.649,80	43.402.278,31
Isenção das Contribuições Sociais	18	-46.007.649,80	-43.402.278,31
Superávit / Déficit antes do Resultado Financeiro		-12.673.141,84	-10.925.833,40
Déficit Financeiro		-17.763.159,89	-14.993.744,67
(+) Receitas Financeiras		869.361,48	1.511.928,79
(-) Despesas Financeiras		-18.632.521,37	-16.505.673,46
Déficit do Período		-30.436.301,73	-25.919.578,07

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Contas	2020	%	2019	%
1 - Receitas	415.071.301,53		435.089.438,05	
Receitas de Serviços	392.346.264,19		406.986.198,00	
Outras Receitas	22.725.037,34		28.103.240,05	
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	242.981.740,69		258.072.976,41	
Custo das Mercadorias	149.475.595,10		154.323.787,19	
Materiais, Energia, Serviços e Outros	93.506.145,59		103.749.189,22	
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	172.089.560,84		177.016.461,64	
4 - Retenções	14.093.569,53		13.664.899,63	
Despesa com Depreciação e Amortização	13.882.778,03		13.474.535,42	
Baixa de Bens	210.791,50		190.364,21	
5 - Valor Adicionado Líq. Produzido Entidade (3-4)	157.995.991,31		163.351.562,01	
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	13.269.418,77		2.577.456,65	
Receitas Financeiras	869.361,48		1.511.928,79	
Doações	2.715.671,47		352.774,22	
Receita de Subvenções Patrimoniais e Custeio	9.684.385,82		712.753,64	
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	171.265.410,08		165.929.018,66	
8 - Distribuição do Valor Adicionado	171.265.410,08	100,0%	165.929.018,66	100,0%
Pessoal e Encargos	182.627.377,90	106,6%	174.496.127,97	105,2%
Impostos	441.812,54	0,3%	846.795,30	0,5%
Despesa Financeira	18.632.521,37	10,9%	16.505.673,46	9,9%
Déficit do Exercício	-30.436.301,73	-17,8%	-25.919.578,07	-15,6%

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Contas	Patrimônio Social	Ajuste de Exercícios Anteriores	Superávit / Déficit	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2018	167.275.622,42	0,00	-32.760.229,43	134.515.392,99
Déficit de 2018	-32.760.229,43	-	32.760.229,43	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-4.092.541,48	-	-4.092.541,48
Déficit do Período	-	-	-25.919.578,07	-25.919.578,07
Saldo em 31/12/2019	134.515.392,99	-4.092.541,48	-25.919.578,07	104.503.273,44
Déficit de 2019	-25.919.578,07	-	25.919.578,07	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-4.092.541,48	8.117.313,75	-	4.024.772,27
Déficit do Período	-	-	-30.436.301,73	-30.436.301,73
Saldo em 31/12/2020	104.503.273,44	4.024.772,27	-30.436.301,73	78.091.743,98

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL E FISCAL

A Associação Hospitalar Beneficente São Vicente de Paulo, fundada em 24 de junho de 191, é uma instituição com atividade preponderante na área da saúde, humanitária, filantrópica, católica, apostólica e romana, inscrita sob CNPJ nº 92.021.062/0001-06, entidade civil, de Utilidade Pública, conforme Decreto Estadual nº 18.463 de 22/03/1967; Lei Municipal nº 1.032 de 20/09/1963; registrada no Conselho Nacional de Assistência Social conforme Processo nº 032094/38, desde 17/12/1938, portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, conforme Portaria nº 41 de 18/01/2021 para o período de 01/01/2016 a 31/12/2018. Em 22/10/2018 realizou tempestivamente pedido de renovação para o triênio 2019, 2020 e 2021, conforme protocolo nº 25000.183252/2018-23. Tem por finalidade de receber e tratar gratuitamente a enfermos carentes sem distinção de raça, credo, nacionalidade ou qualquer espécie, podendo criar ou manter casas de amparo à infância e velhice e outras atividades assistenciais, serviços funerários, atividades educacionais na área da saúde, no campo religioso, escolas, centros de estudos e cursos, oportunizando-o a quem de direito os procurar, podendo, inclusive, conceder bolsas de estudo. A entidade nos termos do estabelecido no artigo 150, inciso VI, alínea c da Constituição Federal de 1988 e, em atendimento ao disposto nos artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional – Lei nº 5.172/66, é imune de tributação sobre seu patrimônio, renda ou prestação de serviço. Tal imunidade encontra-se condicionada à observância dos seguintes requisitos: não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título, aplicar integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Ainda de acordo com a Constituição Federal de 1988, através do seu artigo 195, parágrafo 7º, é isenta de contribuição para a seguridade social, estando em dia com as exigências estabelecidas em lei para a manutenção desse benefício. A Entidade não efetuou pagamentos de remuneração nem adiantamentos a Diretores ou Conselheiros, nem dotação de verbas de representação. A Entidade não é associada a outras entidades. Não existem empresas instituidoras da Entidade, deixando de haver, em consequência, aplicações de recursos em ações ou títulos correspondentes, bem como a efetivação de negócios que envolvessem empresários e a administração da entidade.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, em consonância com a interpretação técnica ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de escrituração

As receitas e despesas operacionais são registradas com base no Regime de Competência. A receita preponderante é advinda de serviços em saúde sendo reconhecida pelo valor justo na data do encerramento do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa ou equivalente de caixa, são representados por disponibilidades em moeda nacional, numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa. Os valores estão demonstrados na Nota 4.

c) Valores a Receber e Contingências Ativas

Os valores a receber são de curto prazo e estão registrados pelo valor de realização. As contingências ativas estão reconhecidas independente de ser certa a sua realização ou quando o pleito/credito tenha transitado em julgado. Estes valores estão demonstrados na Nota 5, Contas a Receber.

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída conforme estimativas da Administração, dentro dos limites julgados necessários para fazer face a possíveis perdas na realização dos ativos, sendo estabelecido o percentual das perdas efetivamente ocorridas.

e) Estoques

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e demonstrados na Nota 6, Estoques.

f) Imobilizado

Os bens integrantes do Ativo Imobilizado estão avaliados pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, de acordo com as taxas permitidas pela legislação fiscal vigente. Os valores estão demonstrados na Nota 8.

g) Realizável a Longo Prazo

É representado por depósitos judiciais decorrentes de reclamatórias trabalhistas.

h) Investimentos

Referem-se aos investimentos financeiros em títulos de capitalização e consórcios.

NOTA 8 – IMOBILIZADO

Contas	% Taxa anual	Valor	Depreciação Acumulada	Valor residual 2020	Valor residual 2019
Sem Restrição					
Terenos	-	58.335.576,81	-	58.335.576,81	58.335.576,81
Edificações	2 a 5	107.435.077,40	-22.490.791,13	84.944.286,27	79.096.129,91
Construções em andamento	-	2.042.612,85	-	2.042.612,85	10.601.343,04
Aparelhos	5 a 20	52.038.847,16	-25.122.034,11	26.916.813,05	28.420.796,25
Máquinas e Equipamentos	5 a 16,66	13.112.707,96	-5.780.280,24	7.332.427,72	7.694.152,16
Móveis e Utensílios	5 a 10	9.538.799,71	-2.762.400,39	6.776.399,32	7.053.357,76
Instrumentais	20	3.990.727,58	-2.379.304,28	1.611.423,30	1.911.408,92
Veículos	10 a 50	495.098,14	-269.690,96	225.407,18	186.718,53
Equipamentos de Informática	10 a 20	6.485.908,98	-3.903.358,01	2.582.550,97	3.105.666,71
Instalações Internas	10	1.691.400,97	-1.014.427,93	676.973,04	766.932,76
Caldeiras	3,33 a 4	1.064.977,72	-355.415,71	709.562,01	749.653,31
Biblioteca	20	2.227,92	-1.819,39	408,53	854,09
Imob Andamento Contra Subve	-	32.791,77	-	32.791,77	-
Total		256.266.754,97	-64.079.522,15	192.187.232,82	197.922.590,25
Com Restrição					
Aparelhos	6,66 a 10	7.598.306,61	-1.316.879,06	6.281.427,55	4.387.167,60
Máquinas e Equipamentos	10	1.037.985,60	-141.946,27	896.039,33	715.535,43
Móveis e Utensílios	5	258.353,84	-5.331,34	253.022,50	14.514,10
Equipamentos de Informática	12,5 a 20	469.375,14	-229.745,63	239.629,51	313.720,54
Instrumentais	20	68.502,59	-30.772,06	37.730,53	44.770,89
Subvenções Realizar Andamento	-	1.376.311,70	-	1.376.311,70	998.271,36
Total		10.808.835,48	-1.724.674,36	9.084.161,12	6.473.979,92
Total geral		267.075.590,45	-65.804.196,51	201.271.393,94	204.396.570,17

NOTA 9 – INTANGÍVEL

Contas	% Taxa anual	Valor	Amortização Acumulada	Valor residual 2020	Valor residual 2019
Sem Restrição					
Software e direitos de uso	20	7.244.095,53	-6.014.023,62	1.230.071,91	1.311.741,16
Ágio para resultados futuros	6,66	32.245.139,02	-7.508.818,10	24.736.320,92	26.903.194,28
Total		39.489.234,55	-13.522.841,72	25.966.392,83	28.214.935,44

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Foram contratadas operações de crédito junto a instituições financeiras com a finalidade de obtenção de capital de giro, investimentos e expansão tecnológica.

Contas	Indexador	2020	2019
Curto Prazo			
Em moeda nacional	CDI / TJLP	50.614.535,57	46.420.633,65
Em moeda estrangeira	Dólar/Euro	49.691.392,96	45.546.560,43
		923.142,61	874.073,22
Longo Prazo			
Em moeda nacional	CDI / TJLP	82.552.783,58	84.923.301,44
Em moeda estrangeira	Dólar/Euro	81.607.400,26	83.103.845,55
		945.383,32	1.819.455,89
Total		133.167.319,15	131.343.935,09

O FUNAFIR VIII originou o Termo de Consolidação de Dívida com o Estado do Rio Grande do Sul e Secretaria da Saúde, sendo responsabilidade do Estado o pagamento do empréstimo contratado no Banco Banrisul conforme Resolução Normativa nº 002/205. Segue saldo líquido da conta Empréstimos e Financiamentos.

Contas	2020	2019
Empréstimos e Financiamentos	133.167.319,15	131.343.935,09
(-) FUNAFIR Banco Banrisul	-3.111.094,84	-6.568.409,57
Saldo líquido de Empréstimos e Financiamentos	130.056.224,31	124.775.525,52

NOTA 11 – TRIBUTOS PARCELADOS

Parcelamentos de INSS, PIS, COFINS, IRRF, CSRF corrigidos pela taxa Selic.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Corresponde ao saldo devedor de Obrigações Contratuais da incorporação da Unidade Uruguaí, que será pago a partir de maio de 2019 com término em abril de 2026.

NOTA 13 – COMPROVAÇÃO DO PERCENTUAL DE SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO SUS

O hospital cumpriu as exigências da Lei nº. 12.101 de 27/11/2009 e da Lei nº. 12.868 de 15/10/2013, e o Decreto nº. 8.242 de 23/05/2014 e da Portaria nº. 834 de 26/04/2016, comprovando a prestação de serviços ao SUS em percentual superior a 60%. O cálculo de atendimento medido por paciente-dia, atingiu em 2020 e 2019 o percentual de 68,30%, e 64,84% respectivamente. Adicionando o Componente Ambulatorial e os Programas e Estratégias prioritárias de serviços para o SUS o percentual total de Serviços prestados ao SUS atingiu em 2020 84,30% e, em 2019 80,84%.

Modalidade / Dados	2020			2019		
	CNES 2246988	CNES 2245663	Total	CNES 2246988	CNES 2245663	Total
Hospitalar						
Paciente/dia SUS	121.229	-	121.229	136.781	-	136.781
Paciente/dia não SUS	41.242	15.022	56.264	57.772	16.400	74.172
Total	162.471	15.022	177.493	194.553	16.400	210.953
Ambulatorial						
Atendimentos SUS	593.963	-	593.963	858.816	-	858.816
Atendimentos não SUS	323.226	23.098	346.324	441.927	33.028	474.955
Total	917.189	23.098	940.287	1.300.743	33.028	1.333.771
% Hospitalar SUS / Paciente-dia			68,30%			64,84%
Componente Ambulatorial			10,00%			10,00%
Atenção Obstétrica e Neonatal			1,50%			1,50%
Atenção Oncológica			1,50%			1,50%
Atenção às Urgências e Emergências			1,50%			1,50%
Hospitais de Ensino			1,50%			1,50%
% Total de Serviços			84,30%			80,84%

NOTA 14 – ATIVIDADE SECUNDÁRIA EDUCAÇÃO

Escola de Educação Profissional São Vicente

O hospital atua preponderante na área de saúde, porém desempenha atividade secundária em educação e mantém um curso técnico de enfermagem, para suprir sua necessidade de mão-de-obra na finalidade saúde.

A Lei nº 12.101/2009 que foi alterada pela Lei nº 12.868 de 15/10/2013, determina conceder no mínimo 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, e 1 (uma) bolsa de estudo parcial de 50% para cada 5 (cinco) alunos pagantes, quando necessário para o alcance do número mínimo exigido. A entidade atendeu integralmente o Artigo 13 da Lei nº 12.101/2009.

Modalidade / Dados	2020	2019
Total de alunos matriculados	233	228
Total de alunos base para Filantropia	203	203
1. Conceder 1 bolsa integral de 100% para cada 9 alunos pagantes	23	23
Bolsas integrais concedidas	30	25
Bolsas Integrais excedentes	7	2
Verificação da quantidade mínima de bolsas (1 x 9)	Atendido	Atendido
2. Conceder 1 bolsa parcial de 50% para cada 5 alunos pagantes	41	41
Bolsas integrais concedidas	30	25
Bolsas parciais de 50% concedidas	43	37
Bolsas parciais de 50% excedentes	10	2
Verificação da quantidade mínima de bolsas (1 x 5)	Atendido	Atendido

NOTA 15 – CUSTOS COM GRATUIDADE

Contas	2020	2019
Área Saúde	723.910,11	805.493,81
Área Educação - Bolsas de Estudo	300.837,74	309.610,44
Total	1.024.747,85	1.115.104,25

NOTA 16 – CUSTO EXCEDENTE COM ATENDIMENTOS À POPULAÇÃO SUS

O déficit com atendimentos a população SUS é originado pela diferença entre os custos dos serviços prestados e o ingresso de recursos financeiros, pertinentes ao contrato com o Estado do Rio Grande do Sul, e outros aportes.

Contas	2020	2019
Receita	151.110.442,18	140.709.058,49
(-) Custos dos Serviços	215.050.408,08	216.894.782,24
Déficit	63.939.965,90	76.185.723,75

NOTA 17 – DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

NOTA 18 – ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Em atendimento a Portaria nº 3.355/2010 o benefício fiscal usufruído é demonstrado a seguir relativos às isenções previdenciárias, como as devidas fossem, obtidas durante os exercícios de 2020 e 2019.

Contas	2020	2019
Saúde	45.169.204,29	42.592.411,76
Educação	89.882,08	99.065,17
Atividade Meio	748.563,43	710.801,38
Total	46.007.649,80	43.402.278,31

NOTA 19 - SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS

São recursos financeiros provenientes de convênios, foram aplicados de acordo com suas finalidades sendo realizado prestação de contas de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda a documentação a disposição para qualquer fiscalização. A entidade atendeu a Resolução do CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07 - R1) e a Resolução do CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1). Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE SÃO VICENTE DE PAULO e as despesas de acordo com suas finalidades.

a) SUBVENÇÕES A REALIZAR

Recursos com restrição recebidos com finalidade específica de aplicação conforme convênios. Possui contrapartida na conta Caixa e Equivalentes de Caixa com Restrição.

Convênios	Valor	Objeto	Finalidade	2020	2019
839244/2016-MS	933.038,00	Reformas	Patrimonial	128.823,29	239.763,08
879362/2018-MS	105.180,00	Aquisição Equipamentos	Patrimonial	150,01	149,27
852283/2017-MS	1.499.715,00	Reforma UTI	Patrimonial	211.691,71	1.154,57
848601/2017-MS	199.999,87	Aquisição Equipamentos	Patrimonial	995,79	675,62
848603/2017-MS	500.000,00	Aquisição Equipamentos	Patrimonial	1.879,82	277.995,20
868846/2018-MS	400.000,00	Aquisição Equipamentos	Patrimonial	127,94	-
EP 191/2020 - SES	235.000,00	Aquisição Equipamentos	Patrimonial	268.095,14	-
Sub total				611.763,70	519.737,74
Port. nº 13180-Prnon	566.266,65	Aquisição Insumos	Custeio	73.933,27	326.601,59
2071/2020 -MS	2.999.500,00	Aquisição Insumos	Custeio	1.175.304,99	-
Sub total				1.249.238,26	326.601,59
Total				1.861.001,96	846.339,33

b) RECEITA COM SUBVENÇÕES A INCORRER

Reconhecimento da receita a incorrer em contrapartida das aquisições de imobilizados com recursos de subvenções que ainda não tiveram os requisitos atendidos para reconhecimento no resultado.

Contas	Conta	2020	2019
Receita com Subvenções a Incorrer	Passiva	9.084.161,12	6.473.979,92
Imobilizados com Restrição	Ativa	9.084.161,12	6.473.979,92

c) RECEITA DE SUBVENÇÕES PATRIMONIAIS

Realização da receita ao longo do período em contrapartida da proporção da depreciação de imobilizados com restrição.

A demonstração do cálculo da depreciação acumulada dos bens com restrição, constam na Nota 8.

Contas	Conta	2020	2019
Receita de Subvenções Patrimoniais	Receita	613.573,63	470.418,58
Depreciação de Imobilizados com Restrição	Despesa	613.573,63	470.418,58

Movimentação das Subvenções Patrimoniais.

Convênios	Valor	Saldo 2019	Aquisição Imobilizado	Aportes/Contrapartida	Rendimento Financeiro	Devolução	Saldo 2020
839244/2016 MS	933.038,00	239.763,08	111.790,65	-	850,86	-	128.823,29
879362/2018 MS	105.180,00	149,27	-	-	0,74	-	150,01
852283/2017 MS	1.499.715,00	1.154,57	372.086,52	582.489,31	134,35	-	211.691,71
848601/2017 MS	199.999,87	675,62	297.000,00	297.000,00	320,17	-	995,79
848603/2017 MS	500.000,00	277.995,20	277.000,00	-	884,62	-	1.879,82
868846/2018 MS	400.000,00	-	399.800,00	399.800,00	127,94	-	127,94
EP 191/2020	235.000,00	-	-	267.791,77	303,37	-	268.095,14
Total		519.737,74	1.457.677,17	1.547.081,08	2.622,05	-	611.763,70

d) RECEITA DE SUBVENÇÕES CUSTEIO E INSUMOS

Reconhecido no resultado do exercício, como receita de subvenção quando utilizadas, ao longo do período em contrapartida do confronto com as despesas que foram compensadas, tais como despesas de pessoal, custeio de insumos.

A movimentação das subvenções de custeio, demonstram na coluna Realizado Insumo, o valor reconhecido como receita de Subvenções de custeio.

Convênios	Valor	Saldo 2019	Realizado Insumo	Realizado Patrimonial	Rendimento Financeiro	Devolução / Adiantamentos	Saldo 2020
13180/2018	566.266,65	326.601,59	250.242,59	-	474,63	2.900,36	73.933,27
845/2020	2.412.350,67	-	1.633.486,49	779.000,00	457,41	321,59	-
997/2020	5.689.993,44	-	4.707.024,28	987.077,66	4.681,60	573,10	-
1280/2020	130.000,00	-	129.770,50	-	80,18	309,68	-
2071/2020	2.999.500,00	-	1.825.289,56	-	1.094,55	-	1.175.304,99
9887/2020	525.000,00	-	524.998,77	-	10,30	11,53	-
Total		326.601,59	9.070.812,19	1.766.077,66	6.798,67	3.794,68	1.249.2

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria da **Associação Hospitalar Beneficente São Vicente de Paulo**
Passo Fundo/RS

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE SÃO VICENTE DE PAULO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE SÃO VICENTE DE PAULO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

f) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas inevidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado – Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cuja apresentação é requerida pela legislação brasileira e normas contábeis brasileiras, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida ao mesmo procedimento de auditoria descrito anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 30 de março de 2020, o qual não conteve qualquer modificação.

Porto Alegre, 8 de abril de 2021.

Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC RS-015233/O-8 - CNAI 81
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99
Código CVM 7722 - CPF 005.449.140-15

TSA Auditores Associados
Sociedade Simples
CRC RS-004240/O-1
CNPJ 05.750.330/0001-18

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Associação Hospitalar Beneficente São Vicente de Paulo CNPJ nº 92.021.062/0001-06, no cumprimento de suas atribuições estatutárias e legais, em reunião realizada em 15 de Abril de 2021, examinou o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Período, as Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa, juntamente com as notas explicativas relativas aos exercícios de 2020 e 2019. Com base na análise realizada, e diante do parecer dos Auditores Independentes, este Conselho Fiscal é de parecer que as Demonstrações Contábeis, refletem a situação financeira, a estrutura patrimonial e o resultado das atividades, e em decorrência, sugere aprovação das citadas demonstrações pela Assembleia Geral.

Passo Fundo – RS, 15 de Abril de 2021.

Carlos Alberto dos Santos Vargas
CPF 119.221.410-20

Dilo Canofre dos Santos
CPF 306.884.000-78

Gilberto Zanin de Souza
CPF 477.749.910-34

Ivan Luis Mariani
CPF 090.475.490-15

Lúcia Colle
CPF 998.512.530-49

Roberto Vanzetto
CPF 598.926.250-72